RELATÓRIO DE OFICINA PARTICIPATIVA

INFORMAÇÕES GERAIS

Tema da Oficina: Oficina Participativa de Consulta, Livre Prévia e Informada – CLPI.

Objetivo da Oficina: Consulta Pública do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins.

Comunidade: Povo Indígena Karajá (Ilha do Bananal) aldeias: Werreria, Kurialá, Kutaria M., Nova Tytema.

Local: Área aberta da aldeia Werreria, Ilha do Bananal, município de Formoso do Araguaia – TO.

Data: 25 a 26 de julho de 2025.

Duração: 2 dias.

EQUIPE ENVOLVIDA

Moderador (a): Mary Lima e Gabriella Vasconcelos

Moderador (a): Celenita Gualberto Pereira Bernieri e Josafá Paz de Sousa.

Relator (a): Maria Goreti Canguçu Leal e Bárbara Beatriz Lobato Cruz.

Facilitador (a) Gráfico: Sophia Santos.
Tradutor (a) para Línguas Indígenas: Mawysi Karajá e Kohalue Karajá
Técnico (a) em Comunicação: Equipe PUBLIC
Recreador (a): Sávio Danrlley

Representante do Poder Público:Isabel, Fabio H. Fragoso de Sousa, Srêwẽ Xerente (pontos focais do Estado/SEMARH).

Outros participantes com papel relevante: Rose Sena, Pedro Andrade Magalhães e Bárbara Beatriz Lobato Cruz (Consultores Tocar), Idjawala Rosa Karajá (Secretário Geral da Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins - ARPIT), Rafaella Sandoval Coxini Karajá (Representante da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI).

DIA 01: SEXTA FEIRA, 25 DE JULHO DE 2025.

PARTICIPANTES
1- Clebe Uxydeo Karajá (Aldeia Fontoura)
2- Rebeca Dikutate Karajá (Aldeia Fontoura)
3- Mawysi Karajá (Aldeia Kutaria M)
4- Karuka Karajá (Aldeia Werreria)
5- Kuhaunama Karajá (Aldeia Ktepó)

6- Waxari Karajá (Aldeia Werreria)
7- Sisike Karajá (Aldeia Fontoura)
8- Ismael Karajá (Aldeia Werreria)
9- Tubehle Karajá (Aldeia Werreria)
10- Iesoru Karajá (Aldeia Werreria)
11-Xeisa Karajá (Aldeia Werreria)
12- Asixa Karajá (Aldeia Werreria)
13- Ijawala karajá (Aldeia Karajá)
14- Kuabiru Karajá (Aldeia Werreria)
15- Mairu karajá (Aldeia Werreria)
16- Mariza Karajá (Aldeia Fontoura)
17- Ilga Karajá (Aldeia Werreria)
18- Jair Karajá (Aldeia Werreria)
19- Txutere Karajá (Aldeia Werreria)
20- Bylyniru Karajá (Aldeia Werreria)
21- Habibi Karajá (Aldeia Werreria)
22- Uxanaki Karajá (Aldeia Werreria)
23- Rosilda Karajá (Aldeia Werreria)
24- Tadjuu Karajá (Aldeia Werreria)
25- Diwasia Karajá (Aldeia Werreria)
26- Tewaxi Karajá (Aldeia Werreria)
27- Xirikeru Karajá (Aldeia Werreria)
28- Wanahiru Karajá (Aldeia Werreria)
29- Cheila Hukanaru Karajá (Aldeia Werreria)
30- Koinakaru Karajá (Aldeia Werreria)
31- Haburiki Karajá (Aldeia Werreria)
32- Kubei Karajá (Aldeia Nova Tytema)
33- Ijararu karajá (Aldeia Kutaria M)
34- Moisés Alaritama (Aldeia Kutaria M)
35- Behederu Axixaki karajá (Aldeia Kutaria M)
36- Romilda Habearu Karajá (Aldeia Werreria)
37-Tutari Karajá (Aldeia Werreria)
38-Kuirá Karajá (Aldeia Werreria)
39-Kumarira Karajá (Aldeia Werreria)
40-Kuira Karajá (Aldeia Werreria)
41-Maria Goreti Canguçu Leal (credenciado)
42-Josafá Paz de Sousa (credenciado)
43-Diomarcos Corrêa (PACATU) motorista
44-José Luiz F. da Silva (PACATU) Logística
45-Edson Mário P. Sousa (Logística)
46-CLeudimar Alves Pinheiro
47-Silvio Douglas
48-Timari Karajá (Werreria)
49-Hyritibure Karajá (Werreria)
50-Myralú Werreria
51-Celenita G.P.Bernieri (credenciado)
52-Francisco K. (PUBLIC)
53-Paolo M. Silva (PUBLIC)
54-Ramon Barros Araujo (PUBLIC)
55-Mariana Carvalho Di Pietro (PUBLIC)
56-Manoel dos Santos Junior
57-Jessé Lopes dos Reis
58-Samuel Muniz Aparecido dos Reis
59-Geovana (Logística)

60-Tewekox Iny
61-Rosineide M. Sena Caldeira (Servidora)
62-Gabriella Carla Leite De Vasconcelos (Moderadora PLANTUC)
63-Fabio Henrique Fragoso de Sousa
64-Kohalue Karajá (Tradutor)
65-Odair I. Krahô (PACATU)
66-Pedro Andrade Magalhães (TOCAR)
67-Izabel Acker (Ponto Focal)
68-Bárbara Beatriz Lobato Cruz (Relatoria)
69-Joelma (Produtora)
70-Srewe Xerente (Ponto Focal)
71-Márcio (Motorista)
72-Seremese (Coordenador)
73-Bruno (Logística)
74-Maria Leal (Coodenadora)
75-Murilo (motorista)
76-Mary Lima (Moderadora PLANTUC)
77-Murilo (Fotógrafo)
78-Sophia Santos (Facilitadora Gráfica)

Abertura

Início das atividades às 10:20h, com as falas da cacica Habearu e do cacique Mawysi.

Houve apresentação cultural das crianças da aldeia.

Gabriella Vasconcelos (moderadora): agradeceu a apresentação e chamou à frente o cacique Kubei, a cacique Romilda e a cacique Mawysi.

Cacica Romilda Habearu (liderança): fez sua fala em inyrybe.

Cacique Kubei (aldeia Nova Tytema): falou em português, agradeceu a presença do Estado e disse que está feliz pelo evento.

Cacique Mawysi (aldeia Kutaria M): não teve fala registrada neste momento.

Kohalue (tradutor): traduziu a fala da cacique Romilda, dizendo que ela está ansiosa pela reunião e que, apesar de a aldeia ser pequena, está feliz em receber a equipe do Estado.

Gabriella Vasconcelos (moderadora): falou sobre a equipe presente. Apresentou a equipe de moderação, logística e chamou o Ponto Focal do Estado.

Equipe SEMARH foi apresentada.

Gabriella Vasconcelos (moderadora): iniciou a explicação sobre o motivo da reunião e a importância da presença de todos. Perguntou se alguém já havia ouvido falar do JREDD+.

Cacique Kubei (aldeia Nova Tytema): disse que já ouviu falar porque tiveram conversas com uma empresa sobre gás carbônico, mas que entende que o JREDD+ é do Estado, e não uma empresa.

Gabriella Vasconcelos (moderadora): respondeu que ele está certo, e que hoje seria explicado o que é o REDD+ Jurisdicional. Acrescentou que também seriam discutidas ações importantes (os projetos de trabalho para a comunidade), além da indicação da entidade representativa indígena e da escolha de um grupo que irá para a consolidação na Aldeia Santa Isabel no dia 31 de agosto. Pediu à cacique Mawysi para traduzir.

Rose (consultora Tocar): sugeriu a formação de um círculo para facilitar a conversa. Todos começaram a se apresentar individualmente.

Ijararu Karajá (liderança): apresentou-se, disse que participou da reunião prévia do ano passado em Santa Isabel, que foi muito boa, e por isso fez questão de estar presente. Disse que espera que a equipe consiga transmitir os conhecimentos ao público presente.

Cacique Kubei (aldeia Nova Tytema): disse que tem dúvidas e quer levar as informações para sua comunidade.

Isabel (ponto focal do Estado): concordou com o cacique e afirmou que é preciso contar a história do JREDD+ para entender o processo. Explicou que o JREDD+ tenta quantificar o valor da natureza. Abordou os efeitos do desmatamento e das mudanças climáticas.

Cacique Mawysi (aldeia Kutaria M): traduziu a fala da Isabel.

Isabel (Ponto focal do Estado): escreveu no cartaz o que significa a sigla JREDD+: **R** de redução, **E** de emissões de gases de efeito estufa, destacando que essas emissões são consequência da poluição de fábricas, carros e principalmente da destruição das florestas. Os dois **D's** significam desmatamento e degradação (significa fogo). Ela acrescenta que o JREDD+ é uma "sopa de letrinhas" onde todas as letras têm significado. e explicou que o objetivo é reduzir os gases que aquecem o planeta, especialmente aqueles causados por queimadas em larga escala. Disse que, para reduzir o desmatamento e incentivar a preservação, é necessário investimento. Explicou que os países que mais poluíram no passado hoje financiam essa preservação.

Cacique Mawysi (aldeia Kutaria M): traduziu a fala e disse em português que falou o que entendeu das explicações. Comentou que o povo indígena não desmata nem degrada, mas enfrenta desafios socioeconômicos. Disse acreditar que o JREDD+ é um projeto permanente e adequado.

Srêwẽ (ponto focal do Estado): disse que a fala do cacique Mawysi descreveu bem o que é o JREDD+. Explicou que o governo do Tocantins precisa dialogar com todos os setores envolvidos com o meio ambiente indígenas, quilombolas, agricultores familiares e também agroprodutores e reforçou que o programa é construído com a participação de todos.

Cacique Kubei (aldeia Nova Tytema): pediu a fala e falou primeiro em inyrybe.

Kohalue (tradutor): traduziu a pergunta do cacique, que queria saber se o programa do Estado teria conflito com o projeto privado da Biofix.

Isabel (Ponto focal do Estado): disse que essa é uma dúvida comum entre os

Karajás. Explicou que um programa não interfere no outro, que não existe “dupla contagem” de crédito, ou seja, vender o mesmo crédito duas vezes. Afirmou que o JREDD+ analisa o Estado como um todo. Usou um mapa no flipchart para explicar o conceito de “jurisdicional”. Comparou o JREDD+ ao SUS, dizendo que é uma política pública ambiental, e que estará sempre disponível, como saúde e educação. Comentou que o meio ambiente ainda não é prioridade nos planos plurianuais (PPA), e que o JREDD+ é uma forma de captar recursos para essa pauta.

Cacique Kubei (aldeia Nova Tytema): refletiu sobre a ausência de um conselheiro de meio ambiente. Disse que o meio ambiente não é valorizado pelo Estado porque ainda não está bem estruturado.

Isabel (Ponto focal do Estado): respondeu que essa fala está relacionada com o que será abordado na oficina sobre governança, que trata da articulação entre as entidades e o governo.

Cacique Mawysi (aldeia Kutaria M): falou em inyrybe.

Ijararu Karajá (liderança): perguntou se há conhecimento sobre quantos hectares de floresta existem na Ilha do Bananal.

Isabel (Ponto focal do Estado): disse que essa informação será respondida por Fábio no período da tarde.

Cacique Kubei (aldeia Nova Tytema): perguntou se a certificação será a mesma da Biofix ou diferente.

Isabel (Ponto focal do Estado): reforçou que o JREDD+ não interfere no projeto privado e que essas questões serão respondidas após o almoço.

Pausa para o almoço às 12:15h.

Período da tarde

Após o almoço, os participantes retornaram às 14h40.

Mary (moderadora)chamou a equipe para cantar uma música de boas-vindas aos presentes. Em seguida, ela disse que as perguntas feitas pela manhã seriam respondidas, para esclarecer todas as dúvidas e continuar com a discussão.

Wereho (Pastor João) expressou uma dúvida importante: qual será a porcentagem destinada aos povos indígenas? Ele disse que perguntaram à Biofix se o que estavam fazendo era bom, especialmente na medição do carbono e do ar. Eles responderam que não iriam mexer nos rios e nem nas florestas e que segundo a OIT 169 que visa proteger os direitos dos povos indígenas, é preciso fazer uma consulta prévia informada, e houve reuniões como as que o JREDD+ está realizando. Depois, um parente comentou que não era bom, pois quem vendeu os créditos ficou pobre e miserável. Ele perguntou, quem está mentindo nessa história? Um deles disse que os antepassados ensinaram que devemos ser honestos. Mencionou que Bolsonaro afirmou que todos ficariam bem, mas o PRONAF não saiu e nada mudou. Ele perguntou, será que quem está aqui não vai passar pela mesma coisa? E por que só agora esse trabalho está sendo feito? E por que estão improvisando banheiros, sendo que muitas coisas poderiam ter

sido feitas antes?

Lenimar Karajá (participante) comentou que acompanhou todas as etapas da Biofix e conhece bem as questões do carbono. Ela disse que o estado e a Biofix deveriam estar juntos nesse processo, pois já assinaram contratos. Como pode ser que o carbono seja vendido duas vezes? Ela gostaria que a Biofix estivesse presente na consolidação para conversar junto. Ela reforçou que o estado é soberano, mas não pode infringir seus direitos, quer saber qual é a porcentagem da Biofix e qual é do estado?

Lenimar também falou sobre o descaso que vivem e que é preciso alguém que apoie os indígenas, que precisam de apoio político. Ela perguntou por que o governo deve ficar com 50% e eles com 25%? Quem deve definir as condições?

Mary (moderadora) disse que tudo o que foi falado será explicado durante toda a oficina. Ela reforçou que às vezes há muita fofoca sobre o J+REDD, mas que é importante tirar todas as dúvidas. Ela prometeu explicar como serão os benefícios, quem vai organizar esses benefícios, como eles podem ser usados e para onde vai o dinheiro. Por fim, ela informou que amanhã os grupos vão se reunir para refletir ações que querem e em quais recursos podem ser utilizados.

Fábio (ponto focal do Estado) disse que entende as preocupações da comunidade e como o programa pode ser benéfico, explicou que há diferenças entre o REDD+ jurisdicional e os projetos privados. Ele também respondeu que há aproximadamente 22.000 indígenas no estado do Tocantins e cerca de 4.500 na Ilha do Bananal, de acordo com dados do IBGE. Quanto à repartição dos benefícios, tudo será explicado posteriormente.

Logo depois, Rose fez uma pergunta importante: Quem foi que inventou o JREDD+?

Lenimar explicou que o mundo inteiro está preocupado com a emissão de carbono. Ela também comentou que foi Narubia quem trouxe a Biofix para a Ilha do Bananal, e que não houve reuniões com todas as aldeias, especialmente as pequenas não foram convidadas.

Rose (ponto focal do Estado) explicou que o JREDD+ surgiu devido aos danos causados à natureza. Ela falou que os cientistas criaram uma espécie de moeda, e que quem destrói a terra deveria pagar por isso. Ela ressaltou que o JREDD+ não paga por árvores em pé, mas existe porque há muitos problemas de degradação e desmatamento. Comparou o JREDD+ a um remédio para diminuir a febre, pois a Terra está quente, e o dinheiro do JREDD+ é uma tentativa de reduzir esse calor.

Rose continua dizendo que de 2015 a 2019 o Tocantins enfrentou problemas graves de desmatamento, queimadas e degradação. Explicou que tudo no planeta tem carbono, e que as árvores absorvem carbono. Quando as árvores são cortadas, esse carbono é liberado, o que levou o estado a pensar no JREDD+. O Estado do Tocantins criou um plano para reduzir queimadas e degradação, e de 2020 a 2024 houve uma redução de 5 anos nesses problemas. Cada tonelada de carbono que é evitada pode ser transformada em dinheiro. Rose garantiu que o JREDD+ não vai interferir no projeto da Biofix. Ela respondeu à pergunta de Lenimar, informando que o estado do Tocantins gerou

cerca de 13 milhões de créditos de carbono, e que a Ilha do Bananal faz parte do estado. Ela explicou que há outro projeto envolvendo o povo Xerente, que também precisa diminuir seus créditos.

Isabel (ponto focal do estado) acrescentou que existem outros tipos de créditos de carbono, e que só podem ser vendidos se forem de outros tipos, além do JREDD+.

Kubei reforçou que o JREDD+ do Tocantins é feito pelo próprio estado, e que a empresa privada já fez seus cálculos.

Rose (consultora Tocar) completou dizendo que, excluindo a Ilha do Bananal e outros dois projetos, ainda sobrariam cerca de 6 milhões de créditos para serem trabalhados. Ela explicou que existem duas moedas: o JREDD+ e o carbono azul, mas que o foco será no carbono verde.

João afirmou que a Ilha do Bananal não desmata e, por isso, não precisa de remédios.

Idjararu falou que o JREDD+ é do estado do Tocantins e que a Biofix não realizou consulta prévia com todas as aldeias. Ele disse que os povos Javaés e Karajás querem participar do JREDD+, pois é um projeto do povo. Ele reforçou a importância de pensar, abraçar o projeto, acompanhar e garantir que os direitos sejam respeitados.

Srêwẽ (ponto focal do Estado) afirmou que o produto não é vendido duas vezes e mencionou que, em 1992, houve uma discussão sobre as mudanças climáticas.

Durante esse debate, questionaram como os indígenas poderiam cuidar do meio ambiente. Ele destacou que, em todas as consultas realizadas, percebeu a importância de envolver toda a comunidade e garantir que todos saibam o que o Estado está discutindo e que veio para explicar essas questões. Ele disse que o Estado está trazendo tradutores para auxiliar nos esclarecimentos às comunidades.

Srêwẽ ressaltou que "o bolo está na mesa": se não agirmos agora, outros irão aproveitar a oportunidade. O JREDD+ foi criado para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e garantir as políticas públicas do estado do Tocantins.

Lenimar Karajá afirmou que o Estado não está agindo dessa forma por ser bonzinho, mas porque a empresa Mercúria está pagando por isso. Não é uma questão de benevolência do governo, mas de negociação com uma empresa privada chamada Mercúria. Precisamos aprender a negociar de maneira justa, especialmente na divisão dos recursos do Estado com quilombolas, indígenas e outras comunidades. Queremos saber exatamente quanto ficará para cada grupo; não é justo que quem tem mais créditos receba uma parcela menor. O que adianta o governo ouvir nossas reivindicações se não as leva em consideração? Estamos buscando justiça. Essa realidade precisa ser mudada. Além dos assentados, há muitas outras pessoas que também merecem uma parte justa dos recursos. Queremos uma porcentagem adequada, que seja respeitada por ambas as partes, e que tanto o BIOFIX quanto o Estado esclareçam tudo de forma transparente e justa.

Rose (consultora Tocar) afirmou que é fundamental que o programa do JREDD+

seja justo para todos. Na verdade, o JREDD+ existe justamente devido à degradação e ao desmatamento. A beleza da ilha está ameaçada, e nossa proposta, apoiada pelo Estado do Tocantins é por políticas públicas, que busquem proteger esse patrimônio. Embora o valor disponível possa parecer menor em comparação com projetos de outras empresas, ele vem acompanhado de uma estrutura mais sólida. Quando falamos com as pessoas aqui, é importante lembrar que elas conviveram com os dois projetos. O recurso destinado ao programa é de aproximadamente um bilhão de reais. Embora esse valor não seja suficiente para tudo o que precisa ser feito, o estado é responsável por essa divisão de recursos. A cartilha indica que deve haver uma discussão ampla com todos os povos envolvidos. São 52 eventos planejados; este é um dos menores já realizados, na aldeia Macaúba participaram cerca de 270 pessoas. Rose fez a seguinte pergunta: será que o estado consegue alcançar todos os territórios? Ela respondeu; o governo convidou vários parceiros e um deles decidiu participar. Recebemos um adiantamento de 20 milhões de reais, e até agora chegaram 17 milhões. Esses valores estão disponíveis nos sites e nas redes sociais. Esse recurso foi destinado a garantir a execução de todo o programa. Quando falamos do estado, estamos falando também em volume de recursos. Além disso, o governo está contribuindo com sua contrapartida. Após as oficinas, será realizada uma audiência pública onde todos poderão participar. Essa será uma medida de salvaguarda e faz parte das políticas públicas.

Lenimar Karajá disse que o próximo ano será um ano político, e que as lideranças podem mudar. Como ficará a questão do REDD? Quais garantias existem?

Rose (consultora Tocar) mencionou que o Estado do Tocantins possui uma lei que regula esse momento (PEPSA - Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais). Falou que no Acre, o REDD foi iniciado e, em 2012, quando um novo governo de oposição assumiu, a lei da PEPSA permaneceu vigente, garantindo a continuidade do programa. Essa é uma questão de governança. Vocês serão os responsáveis exclusivos pela execução do JREDD+.

Volta do lanche foi às 17:15h.

Cacique Kubei (liderança): perguntou se o JREDD+ diminui o total do tempo de creditação da Biofix.

Rose (consultora Tocar) lembrou-se do período de creditação da Biofix e do JREDD+. Mostrou os anos em que os dois programas coincidem, que são dois anos. Explicou que, portanto, dos 13 milhões de créditos do Estado, são descontados os 2,3 milhões da Biofix, restando 11,7 milhões ainda pertencentes ao Estado. A partir disso, é feita a repartição dos benefícios. Iniciou a explicação da repartição, começando pelos 50% do Estado, destinados a melhorar entidades como Naturatins, SEMARH, SEPOT, Bombeiros, entre outras, para que ajudem os povos originários na fiscalização dos territórios. Em seguida, 25% são destinados aos produtores que já degradaram, mas que agora querem parar de desmatar.

Isabel (ponto focal do Estado): ressaltou que isso não é um prêmio para quem desmata, mas sim um incentivo para quem quer parar de degradar, por meio da aquisição de novas tecnologias e formas de cultivo.

Rose (consultora Tocar) afirmou que o povo Iny já sabe como manter a natureza com seu modo de vida, e que os benefícios do programa vêm para melhorar as condições de vida da comunidade. Reforçou que o JREDD+ é um mecanismo que

busca incentivar a melhoria do meio ambiente, fazendo com que os responsáveis pela degradação financiem essa restauração. Por abranger todo o Estado do Tocantins, não pode ser aplicado somente a um povo, mas sim a todos. Explicou como o recurso será destinado. Deu o exemplo do artesanato, uma demanda recorrente nas oficinas: se for prioridade do povo indígena, será priorizada. Projetos de infraestrutura, como criação de poço artesiano, por exemplo, não saem dos 25% dos PIQPCTAF, mas sim da parcela do Estado.

Isabel (ponto focal do Estado): lembrou que o JREDD+ não atua sobre uma área específica, como os projetos privados, mas sim sobre o Estado como um todo. Afirmou que há valorização do serviço ambiental (fiscalização, recuperação do território etc.). Disse que reconhece que o governo é muitas vezes ausente, mas que o JREDD+ é uma oportunidade de mudar essa realidade com recurso. Citou o CIGMA como ferramenta que poderá apoiar tanto o JREDD+ quanto projetos privados, dando autonomia aos territórios.

Cacique Kubei (liderança): disse que agora entendeu melhor a repartição e poderá levar essa informação à comunidade. Citou que sua aldeia é pequena e precisa de estrutura, como posto de saúde e local para eventos culturais, e que esses poderiam sair da parte dos 50% do Estado.

Rose (consultora Tocar) confirmou, dizendo que os 50% são de responsabilidade pública. Citou o exemplo de que, com o JREDD+, o recurso da saúde será canalizado para estar presente no território. Ressaltou que o JREDD+ não resolve todos os problemas, pois é um adicional às políticas públicas já existentes. Exemplificou com dificuldades de acesso às aldeias, projetos de monitoramento e outras demandas que não envolvem aumento de desmatamento. Mencionou projetos recorrentes em outras aldeias: novos mecanismos de cultivo, formação de jovens, criação de galinhas e porcos.

Isabel (ponto focal do Estado): complementou dizendo que o recurso não será distribuído, mas aplicado em projetos. Portanto, é necessário saber como elaborá-los. Mencionou o caso de uma aldeia que queria construir um hospital, e a equipe explicou que o recurso do JREDD+ não resolverá todos os grandes problemas. Sugeriram, então, uma solução pela pauta ambiental: melhorar a estrada para que se tenha acesso ao hospital na cidade, melhorando assim a vida da comunidade com apoio do JREDD+.

Kohalue (tradutor): falou em inyrybe.

Mawysi (cacique): disse que a comunidade tem grande deficiência na parte técnica (gestão, prestação de contas, investimento) e que isso é um grande desafio. Perguntou se haverá um setor técnico para apoiar os indígenas. Falou também da importância de criar e fortalecer uma organização indígena do povo Iny.

Isabel (ponto focal do Estado): respondeu que toda essa estrutura mencionada por Mawysi já está prevista, e será chamada UGP. Essa estrutura contará com apoio jurídico, contábil e administrativo aos projetos dos povos indígenas, e será melhor explicada no dia seguinte, durante a fala sobre governança.

Mary (moderadora): disse que o encerramento do dia estava próximo, mas que as atividades continuariam no dia seguinte. Incentivou que, mesmo com vergonha de falar em público, todos procurem a equipe para tirar dúvidas. Informou que em seguida haveria um jogo de futebol e todos estavam convidados para jogar e

assistir.

Isabel (ponto focal do Estado): disse que a equipe permanecerá o dia inteiro no local no dia seguinte e, se necessário, até à noite para tirar dúvidas.

A parte da tarde foi encerrada às 17:58h.

DIA 2: SÁBADO, 26 DE JULHO DE 2025.

PARTICIPANTES

1) Ijararu karajá (Aldeia Kutaria M)
2) Rosilda Karajá (Aldeia Werreria)
3) Uxanaki Karajá (Aldeia Werreria)
4) Marisa Karajá
5) Kohalue Karajá (Tradutor)
6) Romilda Habearu Karajá (Aldeia Werreria)
7) Ilsa Karajá
8) Kubei Karajá
9) Myjaru Karajá
10) Rafaela Karajá
11) Wanahiru Karajá
12) Xirixeru Karajá
13) Diwxibia Karajá
14) Tewekoxi Karajá
15) Tewaxi Karajá
16) Behereru Axixakij Karajá
17) Jurandir Ainrebu K. Lariwana (aldeia Kuriala)
18) Bomiwom Karajá (aldeia Kuriala)
19) Txutere Karajá
20) Larajean Karajá
21) Mawysi Karajá
22) Xeija Karajá
23) Isamael Karajá
24) Dimaru Karajá
25) Tubehele Karajá
26) Woxari Karajá
27) Idjawala Rosa Karajá (ARPIT)
28) Ijararu Karajá (Palmas)
29) Maria Goreti C. Leal
30) Celenita Berniere
31) Maria Leal dos Santos
32) Mary Lucia da Silva
33) Manoel dos Santos Junior
34) Josafá Paz
35) Diomarcos
36) Ian
37) Cleudima
38) Saúlo
39) Francisco Robson
40) Paolo
41) Ramon
42) Mariana
43) Gese

44) Samuel Muniz
45) Geonavana
46) Rozy
47) Wesley
48) Gabriela Carla
49) Fabio Henrique
50) Barboa Idjawala
51) Jair Kabitaxana Karajá
52) Kuira Karajá
53) Habudia Karajá
54) Chelia Karajá
55) Hyritibure Karajá
56) Claudio Tadyuu Karajá
57) Sisike Karajá
58) Bylyniri Karajá
59) Karuka Karajá
60) Jeferson Karajá
61) Kumahira Karajá
62) Lumare Karajá
63) Rebeca Dikutate Karajá
64) Ludari Karajá

Abertura

A oficina iniciou às 08:30h com uma canção feita pelo Sr. Jair.

Romilda Habearu (cacique): contou a história da aldeia em inyrybe, com ajuda de Mawysi na tradução. Relatou que o vício em alcoolismo entre o povo Karajá foi um dos motivos para a fundação da aldeia. Explicou que tinha um irmão dependente químico que foi trazido para essa região para tentar tratar o vício. Ela aceitou vir para cá pois havia acabado de ficar viúva e queria ajudar o irmão que já estava aqui. Disse que o irmão parou de beber e hoje está empregado, trabalhando na SESAI.
Jurandir (vice-cacique da aldeia Kuriala): se apresentou em inyrybe.

Lariwana (aldeia Kuriala): também se apresentou em inyrybe.

Kohalue (tradutor): explicou que ambos se apresentaram dizendo que não puderam estar presentes no dia anterior, mas que iriam acompanhar a oficina neste segundo dia.

Srêwẽ (ponto focal do Estado): iniciou sua fala destacando dúvidas comuns sobre o JREDD+. Relembrou a conversa produtiva do dia anterior sobre o JREDD+ e fez uma recapitulação dos assuntos debatidos.

Idjararu (aldeia Kutaria M): perguntou sobre a repartição de benefícios e disse que quer entender melhor como funciona, lembrando que foi dito que a aldeia só receberá benefícios através de projetos.

Isabel (ponto focal do Estado): agradeceu a pergunta e explicou que se trata de uma proposta do Estado para o primeiro plano de investimento. Detalhou os cálculos de estoque e fluxo, enfatizando que o que gera recurso é a redução do desmatamento e da degradação. Ressaltou que, ao falar de JREDD+ no Tocantins,

é preciso envolver todos os setores envolvidos na realidade estadual. Explicou que o recurso não será depositado diretamente na conta das associações ou do governo, mas movimentado através do mecanismo do Fundo Clima.

Idiararu (aldeia Kutaria M): disse que entende que os agroprodutores não estão sendo premiados, mas sim sendo chamados a entender seus direitos e deveres. Demonstrou preocupação com a relação entre os povos indígenas e os agroprodutores.

Cleber (comunidade): questionou se os 25% destinados ao setor agroprodutivo não poderiam ser reduzidos para aumentar a porcentagem dos PIQPCTAF.

Isabel (ponto focal do Estado): explicou que é o setor do agro que gera os créditos, enquanto os PIQPCTAF geram preservação. Ressaltou que a porcentagem é um pedaço de um todo, e que quem define o tamanho do “bolo” é o setor que degrada.

Mawysi (cacique, tradutor): citou os cálculos do projeto privado e disse, em português, que há muito tempo o Estado não dá a devida atenção aos povos indígenas, mas reconhece a falta de servidores comprometidos. Disse que nunca é tarde para melhorar, que acredita que o programa é inovador e pode beneficiar a comunidade.

Rose (consultora Tocar): afirmou que o planeta está com febre e que é preciso dinheiro para comprar o remédio, que é a preservação. Disse que o benefício do JREDD+ é esse remédio. Defendeu que o programa é construído com transparência e que contrapropostas, como a do Cleber, são válidas, pois estamos no início do processo. Reforçou que o JREDD+ não vai resolver todos os problemas, mas é uma ponte para melhorar a realidade. Ressaltou que o Estado vem para somar ao projeto já existente na Ilha. Disse que o JREDD+ vai acabar quando não houver mais desmatamento e degradação, pois deixará de fazer sentido.

Kubei (cacique): disse que há, sim, preocupação com o desmatamento na Ilha do Bananal e entende que o programa do governo pode somar ao privado. Demonstrou receio de que produtores rurais usem o programa como justificativa para desmatar mais. Disse que, nas oficinas maiores, sente que não tem voz, por isso preferiu participar da oficina de Werreria, onde se sente mais à vontade.

Mawysi (tradutor): traduziu para o inyrybe. Depois disse que entende que há dois projetos na Ilha: o privado e o do governo.

Kubei (cacique): afirmou que há grande diferença entre o projeto privado e o programa jurisdicional. Falou em inyrybe e mencionou as necessidades de infraestrutura nas aldeias pequenas.

Idiararu (aldeia Kutaria M.): disse que entende que o Estado já apresenta a proposta com as porcentagens definidas e que o povo só pode acompanhar. Mencionou o fundo que será separado e disse que espera criar projetos voltados à fiscalização territorial e ao turismo.

Rose (consultora Tocar): afirmou que as falas de Kubei e Idiararu tratam de autonomia. Disse que, no JREDD+, existem regras a serem seguidas, pois trata-se de uma política pública, e que quem deve definir como ela funcionará são aqueles que a utilizarão. Reforçou que é preciso refletir se vale a pena tirar recursos do meio ambiente para aplicar em outras áreas, como saúde. Disse que entende a desconfiança das comunidades, mas que o papel do Estado é justamente garantir

salvaguardas. Mencionou a proposta da ARPIT de criação de um colegiado com todas as etnias para discutir o JREDD+.

Idiararu (aldeia Kutaria M): disse que conhece a ARPIT de nome, mas não sabe como atua, e que poderiam ser convidados para conversar com a comunidade. Pediu também que explicassem o que é a SEPOT.

Rose (consultora Tocar): explicou que a SEPOT é uma secretaria estadual voltada aos povos originários. Disse que, anteriormente, o representante era Célio Kanela, mas que será substituído. Mencionou que o representante da ARPIT, Idjawala, também estava presente e que teria a fala em breve.

Governança

Rose (consultora Tocar): iniciou a explicação sobre a governança do JREDD+. Explicou o que é a CEVAT uma organização que reúne representantes dos PIQPCTAF e de outras representações, destacando que a ARPIT faz parte dela. Em seguida, explicou o funcionamento do Fundo Clima, que é onde os recursos estarão alocados. Destacou que dentro do Fundo Clima existe o Conselho Diretor, composto por 13 representantes dos PIQPCTAF, do setor agroprodutivo e do Estado. Informou que os recursos serão executados diretamente, sem intermediários, e que será criado um escritório, a Unidade de Gestão de Projetos (UGP), com a função de apoiar as associações dos PIQPCTAF na elaboração e gestão de projetos. A equipe da UGP irá avaliar se as associações estão prontas para receber os recursos e apoiá-las em aspectos administrativos, contábeis e jurídicos. Enfatizou que tudo isso está previsto na lei do Fundo Clima.

Idiararu (aldeia Kutaria M): lembrou que participou de uma reunião na aldeia Santa Isabel com produtores de Cuiabá que queriam plantar soja próximo da aldeia. Disse que ficou indignado com a fala de um dos fazendeiros, que alegou que a terra era da União. Afirmou que a proposta do JREDD+ é diferente, pois trata da preservação, e reforçou que o povo Karajá não quer ficar de fora. Declarou que tem o dever de escutar a proposta com atenção para poder tirar dúvidas, e concluiu ressaltando a importância da união entre os Karajá para defender seus direitos.

Rose (consultora Tocar): agradeceu a fala e reforçou que o programa é voluntário, ou seja, não haverá assinatura de contrato. Disse que é possível somar os benefícios do programa jurisdicional com o projeto privado, e que os recursos do projeto privado poderão chegar antes. Assim, a comunidade poderá usufruir de ambos os benefícios.

Kohalue (tradutor): traduziu para o inyrybe.

Idjawala Karajá (representante ARPIT): se apresentou, dizendo estar ali como representante da ARPIT, criada em 2015 como mobilização política. Disse que atualmente é o secretário-geral da ARPIT e que Marquinho Karajá é o presidente. Relatou as dificuldades para formalizar a associação, processo que levou um ano e meio. Explicou que a ARPIT também fiscaliza os serviços que chegam aos territórios indígenas e verifica o cumprimento da CLPI. Convidou os presentes a participarem do grupo de whatsapp da ARPIT.

Salvaguardas e Ouvidoria

Isabel (ponto focal do Estado): iniciou a explicação sobre as salvaguardas. Disse que as salvaguardas servem para proteger os direitos dos povos e da floresta, e

que devem ser seguidas por quem propõe o programa, neste caso, o Estado. Apontou que a primeira salvaguarda trata do cumprimento das leis nacionais e internacionais, como a CLPI e o Código Florestal. A segunda diz respeito à transparência e eficácia das estruturas de governança. A terceira trata do respeito ao conhecimento dos povos indígenas e comunidades locais. Ressaltou que a sigla PIQPCTAF reflete a importância da preservação do modo de vida dos povos originários. A quarta regra trata da participação plena e efetiva das comunidades envolvidas, por isso o Estado realiza oficinas em diversas aldeias, para garantir essa participação. A quinta regra exige ações consistentes para proteção ambiental, destacando que o recurso não pode ser usado, por exemplo, para plantar eucalipto no cerrado. A sexta fala da reversão, ou seja, do risco do desmatamento voltar. Por isso, cada projeto deve ter um plano de gestão de riscos. A sétima e última salvaguarda trata do risco de deslocamento das emissões, explicando que o desmatamento não pode apenas ser transferido de um lugar para outro. Isabel reforçou que a responsabilidade maior é do Estado, mas as leis são válidas para todos. Finalizou falando sobre a Ouvidoria, canal para tirar dúvidas, enviar reclamações, sugestões e elogios, com endereço físico, e-mail, WhatsApp e Instagram.

Ijararu (aldeia Kutaria M): pediu que fosse retomada a explicação da salvaguarda número 5. Disse que não ouviu até então nenhuma menção sobre reflorestamento e comentou que, na palestra da Biofix, foi dito que seria possível fazer reflorestamento.

Isabel (ponto focal do Estado) explicou que o reflorestamento de áreas degradadas é possível, e que o problema está em derrubar uma floresta nativa para plantar outra coisa. Disse que, em áreas degradadas ou impactadas pelo gado, é viável plantar, desde que se utilize espécies nativas do ecossistema. Afirmou que reflorestamento não pode ser feito com uma única espécie, como o eucalipto, mas com diversas espécies que compõem o bioma local.

Srêwẽ (ponto focal do Estado): sugeriu que, como a comunidade já possui projeto privado, seria interessante elaborar propostas distintas para cada programa, maximizando os benefícios para todos.

Kohalue (tradutor): traduziu para o inyrybe.

Kubei (cacique): dirigiu-se ao representante da ARPIT, dizendo que sempre procura saber quem representa sua comunidade. Perguntou se a Inymahadu tem parceria com a ARPIT. Disse que sua principal preocupação, tanto com o projeto privado quanto com o programa jurisdicional, é sobre a associação que receberá os recursos. Agradeceu a presença de Idjawala.

Idjawala (ARPIT): respondeu que a ARPIT acompanha as associações de cada comunidade, mas que o ideal é que cada comunidade tenha sua própria associação para acessar os recursos do Fundo Clima. Disse que as comunidades não devem depender da ARPIT ou da Inmahadu, pois a responsabilidade pelos projetos será de cada povo.

Malwysi (tradutor): traduziu para o inyrybe. Convidou os caciques presentes para se reunirem às 14h, antes do retorno da oficina, para discutirem assuntos internos.

Sr. Jair (comunidade): falou em inyrybe.

Malwysi (tradutor): traduziu a fala do Sr. Jair, que disse estar gostando da reunião. Comentou que, sem recurso financeiro, não é possível realizar o trabalho. Apoiou a

criação de uma associação indígena no território, para que possam trabalhar de forma mais autônoma. Também citou a pesca predatória na Ilha, dizendo que é necessário fiscalização, mas que é difícil sem estrutura e apoio.

A parte da manhã encerrou às 12:05h.

Período da tarde

A oficina teve início às 15h45 com a participante Romilda (Cacica Aldeia Weherria) chamando todos para iniciar a reunião.

Em seguida, Mary (moderadora) chamou a cacica Romilda para cantar uma música.

Cheila (Aldeia Weherria) solicitou um exemplo de ação para ter uma ideia.

Mary (moderadora) comentou que o artesanato foi uma das sugestões apresentadas em outras aldeias e também foi sugerido um projeto de instalação de câmeras para vigilância. Ela então propôs destinar os recursos para ações relacionadas ao meio ambiente, visando à preservação. Mary perguntou às participantes quais ideias de projetos elas tinham? E convidou os participantes para formarem os grupos.

Identificação de ações importantes

Foi formado o grupo dos homens e o das mulheres. Houve várias sugestões de ações. Mawysi traduziu o que foi dito.

Grupo 1- As mulheres sugeriram ações que envolvem artesanato da boneca Karajá (Ritxoko), além de melhorias na Casa de Cultura, que deve contar com uma estrutura completa, incluindo prateleiras, computador e espaço para gerência. Entre as atividades propostas estão o artesanato em madeira, como remos e animais; a confecção de brincos de penas; o manejo de frutas, miçangas e artesanato com capim dourado; além do manejo de óleo de tucum e sementes de buriti.

Grupo 2 - Também foram sugeridas atividades de artesanato masculino, como grafismo indígena, além de equipamentos para coleta de materiais no campo (veículos), manutenção da roça de toco (tradicional), o cultivo de ervas medicinais, a piscicultura e o manejo do buriti (com foco na coleta de sementes). O participante Kubei falou dos projetos discutidos pelos homens: monitoramento e vigilância do território (drones, aparelhos para comunicação), transporte terrestre e fluvial, capacitação indígena para o monitoramento, material para guaritas, combustível para deslocamento, habilitação para veículos.

Idjawala (representante ARPIT) sugeriu uma forma de vender tudo que foi produzido, marketing para comercialização. Curso de formação para os jovens aprenderem a mexer em computadores.

Isabel (ponto focal do estado) deu parabéns pelas ações e ideias de projetos, disse que o documento que estava nas mãos era ajuda memória, pediu permissão para colocar as ações no documento, porque era o resultado do que tinha sido discutido.

Escolha de representantes para oficina de consolidação

Em seguida, Srêwẽ disse que seria escolhido os representantes, pediu que eles se reunissem para conversarem. Perguntou se escolheriam outra instituição ou a ARPIT seria a escolha deles para os representar?

A ajuda memória foi lida por uma jovem chamada Uxanaki Karajá

Em seguida Isabel agradeceu a participação de todos, e disse que ficassem em fila para assinar a ajuda-memória, receber os certificados e os bonés de brinde.

Os representantes escolhidos para participarem da consolidação em Santa Isabel no dia 31 de julho foram: Cacica Romilda, Txutere Karajá, Kira Karajá, Uxamaki Karajá, Cacique Kubei, Raimundo, Ismael, Idjararu Karajá, Cacique Moacir, Jurandir, Kariwana e Cacique Samuel.

IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

1) FORTALECIMENTO CULTURAL E MANEJO DO CERRADO

- Casa de cultura (gerência da casa de cultura);
- Mobília: prateleira, computador, mesa, cadeira;
- Cursos, encontros, eventos;
- Contação de histórias;
- Confecção de artesanato em madeira;
- Grafismo;
- Marani, brinco, penas, miçanga;
- Confecção de Ritxoko;
- Manejo do capim dourado;
- Manejo do óleo de tucum
- Manejo de frutas do cerrado;
- Manejo de buriti (trazer sementes);
- Artesanato masculino (remo, borduna);
- Marketing digital (capacitação e produção);
- Veículos e instrumentos para coleta de matéria-prima no campo;

2) FORTALECIMENTO DA GERAÇÃO DE RENDA

- Roça de toco tradicional
- Pisciultura
- Ervas medicinas;
- Arame para cercar roças;

3) MONITORAMENTO E VIGILÂNCIA DO TERRITÓRIO

- Transporte terrestre e fluvial para fiscalização
- Drone para monitoramento territorial;
- Capacitação para monitoramento
- Guaritas (material para construção)
- Combustível e manutenção para monitoramento;
- Habilitação para veículos fluviais e terrestres;

REPRESENTANTES SELECIONADOS PARA REUNIÃO DE CONSOLIDAÇÃO – ALDEIA SANTA ISABEL

- Cacica Romilda,

- Txutere Karajá (Aldeia Werreria)
- Kira Karajá,
- Uxamaki Karajá,
- Kubei Karajá (Aldeia Nova Tytema)
- Raimundo,
- Ismael Karajá (Aldeia Werreria)
- Idjararu Karajá,
- Cacique Moacir,
- Jurandir Ainrebu K. Lariwana (aldeia Kuriala),
- Kariwana
- Cacique Samuel.

REGISTRO FOTOGRÁFICO

Credenciamento	Abertura apresentação cultural
Apresentação lideranças	Abertura de conteúdos
Trabalho em grupo das mulheres	Leitura ajuda memória

Assinatura ajuda memória	Recreação crianças